

lítica econômico-financeira seguida pelos órgãos do Ministério da Fazenda sabota totalmente essas providências, que têm como objetivo supremo defender o povo brasileiro da verdadeira bomba de sucção que representa a atividade do capital estrangeiro no Brasil.

Deixo, portanto, aqui, Sr. Presidente, o meu mais veemente protesto, e creio que esta Casa deverá tomar providências séria a esse respeito, inclusive até, como já disse, promovendo o sequestro dos bens dos responsáveis por esse verdadeiro desfalque que está ocorrendo na economia nacional. (*Muito bem*).

Passa-se à explicação-pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Herbert Levy.

O SR. HERBERT LEVY (*Para explicação pessoal*) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, um senador pelo Estado de Goiás, provavelmente louvado em declarações deturpadas que me foram atribuídas por um órgão da imprensa local, a respeito do problema do funcionamento da Capital em Brasília, entendeu-se, na sessão de ontem do Senado da República, no direito de *fazer média* com o seu eleitorado, através de referências desairosas à minha pessoa.

Aquêles que me conhecem, Senhor Presidente, sabem que não frequento boates e não vou a recepções sociais de qualquer natureza, não por motivo de sensibilidade — o que talvez seja o caso de certos críticos — mas, simplesmente porque não disponho de tempo para isto. Há 35 anos estou na vida político-partidária, defendendo os princípios mais válidos no meu entender, para que esta Nação tome os rumos que todos os verdadeiros patriotas almejam. Há 35 anos enfrento as agruras da oposição e procuro trazer a minha pedrinha para a construção do edifício mais sólido da prosperidade e do bem-estar deste País. Não me atingem, pois, as investidas de elementos que têm tido como cons-

tante na vida pública a fruição do poder, e às vezes em circunstâncias trágicas para os adversários — como é o caso da oligarquia que se estabeleceu há algum tempo em Goiás e que, parece, felizmente, pelo menos na aparência, extingue-se — freqüentemente à custa do sangue dos opositores. Ainda recentemente, indo àquele Estado, tive a dolorosa surpresa de verificar que vários presidentes de diretórios municipais do meu partido haviam sido trucidados pelos homens da situação, sem que houvesse qualquer iniciativa para punição dos responsáveis, e era esse Sr. Senador quem governava quando tais fatos ocorreram, êle era quem segurava a chibata com a qual se açoitava os que se opunham aos poderosos da situação no interior do Estado de Goiás.

Isto pôsto, Sr. Presidente, vou ao mérito da questão. Em conversa com o eminente Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Magalhães Pinto, entre comentários de ordem geral que se seguiram ao exame de problemas políticos, transmiti-lhe a impressão, colhida naquela reunião ocasional, naquele momento triste para todos nós — o do velório, no antigo Palácio Tiradentes, do corpo de nosso infelizmente e grande líder Menezes Côrtes. Todos estávamos consternados, evidentemente. Julgando que Menezes Côrtes fôra uma vítima de Brasília; achamos que o Sr. Primeiro-Ministro, se tinha comunicações a fazer aos líderes parlamentares, deveria vir à Capital, não convocar os líderes ao Rio de Janeiro, como o fez. Constatamos bastante elevado ali o número de políticos e parlamentares que acenuavam a precariedade e o mau funcionamento das Instituições em Brasília. O consenso geral era o de que tal fato estava comprometendo as instituições democráticas e o prestígio do Congresso Nacional perante a opinião pública. O chamado esforço concentrado não era compreendido e, mais, a opinião popular era fre-

qüentemente induzida, até pelos órgãos que recebem inspiração do Executivo, a considerar que, fora do esforço concentrado, o Congresso não trabalhava. A idéia de todos era a de que, com a duplicidade de Capitais, que a realidade tornava evidente, comprometia-se, não só a Administração, como também a reputação das instituições democráticas.

Evidentemente, é problema que está na consciência de todos nós. Não quero dizer com isto que a solução seja esta ou aquela, porque não há soluções simplistas para problema desta complexidade, que já levou a Nação a uma tomada de posições sumamente onerosa. Embora dando apoio à idéia central, já notávamos no momento oportuno o erro de concepção que pretendia transformar uma cidade em causa de desenvolvimento econômico, quando as cidades só podem ser efeito de desenvolvimento econômico. Sob esse ponto de vista, é claro que Brasília se transformou pura e simplesmente num centro consumidor que está estimulando a indústria, sobretudo a do meu Estado, que está estimulando o gigantismo de São Paulo e de outros Estados industrializados, ao inverso daquilo que se presumia e se pretendia no plano econômico.

Quando transmiti essas impressões ao Governador Magalhães Pinto, ouvi de S. Exa. a informação, de certa forma, concorrente com estas observações e estas preocupações, que terão de ser de qualquer político responsável, de que o Presidente da República igualmente lhe dissera das dificuldades que encontrava, pois que, em momento de crise, de qualquer crise, era obrigado a deslocar-se para o Rio de Janeiro. Isso ocorreria no caso do problema cubano, quando em poucas horas teria podido inteirar-se das circunstâncias tôdas que cercavam este problema.

A isso se resumiu a questão suscitada, que foi, como disse, em al-

guns órgãos deturpada e em outros publicada com fidelidade.

Não vejo por que, Sr. Presidente, devam ser anatematizados aqueles que sinceramente se preocupam em que as instituições não entrem em colapso neste País, em que a administração funcione de forma mais eficiente, de modo a enfrentar verdadeiramente esses problemas que aí estão sem solução de espécie alguma. Não vejo por que possam ser inquinados de comodismo ou falta de patriotismo aqueles que põem em evidência e querem equacionar esses problemas, e para eles reclamam uma solução.

Portanto, Sr. Presidente, isto é que não pode ser ignorado, isto está na consciência de todos nós, e até por um sentimento de pudor não se proclama em altas vozes, porque todos nós sabemos o que foi Brasília, o que foi a promoção publicitária que se fez fora deste País em torno de Brasília. Todos nós sabemos o desprimor que representaria para a Nação o retorno, o retrocesso, depois dessa promoção imensa que se fez.

Quase se pode dizer que o que mais se conhece do Brasil fora dos nossos limites é Brasília e Pelé.

Todavia, Sr. Presidente, não vejo como se possa silenciar a realidade, silenciar a observação, que é de todos nós, de que nos desprestigiamos, de que as instituições funcionam mal de que o Executivo fracassa, porque o depoimento é também dos que exerceram Ministérios de Estado, constantemente obrigados a esta dança entre as duas Capitais.

Eis por que Sr. Presidente, vim aqui para pôr os pingos nos *ii*. O que não podemos deixar de fazer é considerar a realidade e em face dessa realidade tomar as providências que se imponham para que os graves inconvenientes que estão afetando a Nação sejam sanados.

Não quer isto dizer que advogamos, *a priori*, o retorno da Capi-

tal. Devo dizer aos que invocam razões de comodismo pessoal, como o senador em referência, que não sabe, como sabem quantos me conhecem, que meu dia de trabalho tem 12 e às vezes mais horas. Quanto a mim não se alterou meu ritmo de vida. Há mais de 15 anos pertenco a esta Casa. Tôdas as semanas estou presente aos seus trabalhos, como estava no Rio de Janeiro, na atual Guanabara. Não houve diferença para meu ritmo de vida. Talvez seja até mais cômodo, tranqüilo e produtivo vir a Brasília.

Não estou colocando, nem nenhum de nós poderia fazê-lo, um problema desta natureza em termos pessoais e nem em termos de fazer média com o eleitorado, como pretendem alguns. É um problema demasiado sério para ser subestimado, para ser desprezado, para ser silenciado.

Portanto, Senhor Presidente, é bom que se fale nêle. É bom que se diga que como está não é possível continuar. Os Ministros não param em Brasília e dizem, alto e bom som, que não podem parar. O que aqui existe do Executivo, não chega a 5%. Como pode funcionar uma capital nestas condições? É verdade que nós mesmos concordamos com a transferência, mas concordamos mal informados. Esta é a verdade. Porque se fez uma transferência em condições prematuras, para servir a objetivos de ordem pessoal ou de outra natureza. Mas o fato é que se cometeu um erro. A administração não funciona. O Legislativo funciona a duras penas, com interrupções inconvenientes. Os assuntos não tem seguimento, não tem seqüência e nos separamos para nos reencontrarmos tempos depois. Os acontecimentos não param enquanto se verificam essas pausas. Então, devemos ignorar essas realidades tôdas ou nos cumpre enfrentá-las e procurar solução realística, justa, seja na continuidade dos trabalhos, para que a Capital funcione,

seja na criação de condições para que não nos isolemos da opinião pública nacional?

O Sr. *Fernando Ferrari* — Esta segunda solução que V. Exa. alvitra me parece a mais patriótica e a mais oportuna, isto é, a de corrigirmos os defeitos de Brasília, melhorarmos Brasília, lutarmos para que ela seja realmente a sede do Governo. Ninguém, em sã consciência, deixará de dar algumas razões a V. Exa. como a qualquer Deputado que tenha debatido o assunto, quando apresentam falhas de Brasília, erros de Brasília que estão criando condições cada vez mais difíceis para o funcionamento dos poderes constituídos. Mas, veja, Senhor Deputado *Herbert Levy* — e aparteio V. Exa. com o aprêço que me merece, reconhecendo em V. Exa. um homem de espírito público...

O SR. HERBERT LEVY — Gratuito a V. Exa.

O Sr. *Fernando Ferrari* — ... veja que estou convencido de que o retôrno da Capital, se fôsse possível, custaria muito mais a esta Nação do que os gastos que tivéssemos de fazer para melhorá-la, prepará-la e aperfeiçoá-la, para que seja realmente a sede do poder político da República. Acho que êste deveria ser o caminho dos parlamentares patriotas, como V. Exa. e tantos outros, que lutam por melhores relações entre poderes constituídos. Além do mais, qualquer hipótese de retôrno provocaria uma crise de natureza psicológica, de conseqüências imprevisíveis. As repercussões internas e externas seriam, sem dúvida negativas. Acho que devemos chamar o govêrno à responsabilidade, para que desse o exemplo do cumprimento do dispositivo constitucional, forçando a transferência dos Ministérios para cá, fazendo com que Brasília tenha de fato aquela alma tantas vezes reclamada e até hoje não incutida neste planalto, no centro destas forças telúricas. Estou ao lado de

V. Exa. para lutar por todos os meios para que se dê a Brasília condições indispensáveis a seu funcionamento. Participo também das apreensões dos legisladores deste País quanto à conjuntura social e econômica. Acho que o maior perigo para este País, como dizia antontem em discurso, é a inflação, que ninguém detém. Não se tomou qualquer medida, uma providência sequer para deter o processo inflacionário que está ameaçando a própria estabilidade dos lares brasileiros. Ninguém aguenta a desvalorização da moeda, que já atinge 4,7 e 5,3%; ninguém, nenhuma força econômica ou social. Esse, o grande perigo. E eu pergunto: — Que se fez até hoje para deter essa ameaça que aí está?

O Sr. *Adauto Cardoso* — O plebiscito...

O Sr. *Fernando Ferrari* — Responda o nobre orador.

O SR. HERBERT LEVY — Exatamente. V. Exa. fere com plena razão um problema fundamental que a administração não tem sido capaz de resolver. A verdade é esta: o Deputado *Adauto Cardoso*, na sua sumaríssima referência ao plebiscito, disse muita coisa, que temos dito sempre. As reais crises deste País, são a administrativa, em boa parte provocada pela transferência prematura da Capital e por outras razões ponderáveis, a crise financeira, a crise econômica e a crise de produção. Para estas o Governo não tem dado remédio, não tem oferecido solução.

Então, inventa-se a crise institucional, que não existe, para transformá-la em cortina de fumaça, dada a incapacidade do Governo de conjugar as demais crises. Não tenham dúvida, V. Exa. e a Casa, de que um governo que se imponha à confiança da Nação, um governo de autoridade política e moral, controlará a inflação, grande chaga que está consumindo o organismo desta Nação, den-

tro de prazo relativamente curto. Se tivéssemos de entrar por esse caminho, iríamos longe evidentemente. Entretanto, a razão da minha vinda à tribuna não é falar do muito que se está fazendo de errado.

O Sr. *Oliveira Brito* — Quanto à tese de que a crise verdadeira, a grande crise que atormenta o País decorre da inflação não há nesta Casa, nem acredito, fora dela, quem possa pôr embargos. Mas, meu caro colega, não tenho o propósito de defender o atual Governo, inclusive porque dele não participo. Não sei também se Vossa Excelência, quando fala em Governo, se refere ao Presidente da República ou ao Primeiro-Ministro.

O SR. HERBERT LEVY — A Presidência da República, inclusive e sobretudo.

O Sr. *Oliveira Brito* — Aí teríamos de indagar se, no regime parlamentarista, a responsabilidade é do Presidente da República ou do Conselho de Ministros. Teria de fazer esta indagação e não sei quem a responderia.

Mas o certo é que, em relação a Brasília, concordo com a conclusão de V. Exa. uma vez que não quero também aprofundar-me nesse outro problema, o da inflação, nem as providências tomadas por este ou por outro Governo neste País. Depois que se tornou realmente uma crise aguda, não querendo deter-me nesse nem no problema de saber a quem cabe tomar as medidas, se o Conselho de Ministro ou o Presidente da República, no regime híbrido em que vivemos, diria a V. Exa., em relação a Brasília, falando como habitante desta cidade, como Deputado que fechou seu apartamento no Rio de Janeiro para viver exclusivamente aqui e falando ainda como ex-Ministro de Estado, que sentiu ao vivo as dificuldades, até certo ponto intransponíveis para exercer-se e praticar a administração, que sem a inversão de

grandes somas — e aí cairia novamente no problema da inflação — para que se dê a Brasília as condições mínimas para a transferência dos órgãos administrativos para a nova Capital, não vejo como encontrarmos a forma, que está no anseio de todos nós, de contribuirmos para que realmente possamos sair das dificuldades em que nos encontramos. Aqui funciona mal o Congresso Nacional. Funciona, não sei se mal ou bem, o Poder Judiciário. O certo, porém, é que o Executivo não funciona em Brasília nem pode funcionar. Tive a ilusão de trazer para cá o Ministério da Educação. Assumi um compromisso comigo e com o Governo de praticar este ato que para muitos era uma aventura. Realmente, meu caro colega não foi possível, porque os órgãos funcionam isoladamente. Se trouxermos uma Diretoria, um Departamento, este depende dos outros, depende também do Ministério da Fazenda. Então os papéis continuam a ter aquele mesmo caminho: dias em Brasília, dias no Rio. Sem a providência de trazer toda a administração ou pelo menos a essência da administração, nada funcionará. Assim, se esta Casa quer realmente contribuir com seu concurso para que a Capital venha para Brasília venha efetivamente, não apenas juridicamente, é preciso que se disponha a dar ao Governo recursos e grandes recursos.

O Sr. *Adauto Cardoso* — De onde?

O Sr. *Oliveira Brito* — De onde não sei, meu caro colega Adauto Cardoso. Não sei onde iremos buscar, se na emissão e, portanto, no agravamento da espiral inflacionária, ou em outra fonte. O certo é que sem a construção de 5 ou 10 mil residências em Brasília, a Capital não virá para o planalto. Continuaremos nessa lamentação e a administração a sofrer graves prejuízos.

O SR. HERBERT LEVY — Muito agradeço a V. Exa. Deputado Oliveira Brito, a contribuição criteriosa, séria, que trouxe a esse debate, que interessa a toda a Nação. V. Exa. vem dar o seu depoimento com a autoridade que se lhe reconhece de ter sido o Ministro de Estado dos Governos que já funcionaram em Brasília, que realmente se preocupou e diligenciou em transferir o Ministério que então administrava, para Brasília.

Ao que estou informado para citar um só exemplo, os ministérios em Brasília dispõem de uma área de 17 mil metros quadrados cobertas. Mas a área do Ministério da Fazenda, talvez o pior exemplo é de cerca de 100 mil metros quadrados. Como se transferir o Ministério da Fazenda para o edifício de Brasília? Veja-se que, portanto, como emergem os problemas à medida que se procura analisá-los.

Brasília foi indiscutivelmente um dos grandes fatores de intensificação da espiral inflacionária, até ela se tornar praticamente galopante. E hoje ela é efetivamente galopante, como bem assinalou o nobre Deputado Fernando Ferrari e como bem disse ontem da tribuna o nobre Deputado Adauto Cardoso. É uma inflação galopante que corre o risco de se tornar vertical e incontrolável, nos levando ao caos.

Veja, portanto, que estamos brincando com coisas extremamente sensível, delicadas e perigosas. E daí o problema se apresentar complexo e preocupante. Mas nem por isso pode deixar de estar na Ordem do Dia, de todos os dias. Não há de ser fazendo como o avestruz que vamos resolver a situação. Assistindo o desprestígio das instituições democráticas, o desprestígio popular do Congresso Nacional, o fracasso da administração pública que não pode funcionar bem. E o Deputado Oliveira Brito, que foi um grande Ministro da Educação, deu-nos um

- 168.^a SESSÃO, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1962

225

depoimento autorizado a esse respeito. Então ficamos parados diante dessas circunstâncias que ameaçam a Nação naquilo que ela tem de mais fundamental, de mais essencial? Ficamos limitados às manifestações patrióticas ou eleitorais como às vezes acontece? Não é possível. É preciso que o assunto seja tratado com objetividade, com sinceridade, como o fez o nobre ex-Ministro Oliveira Brito neste momento.

O Sr. Pacheco Chaves — Vossa Excelência me tirou a palavra da boca. Precisamos evitar tratar do problema de Brasília sob o ponto de vista propagandístico ou meramente verbal. O problema de Brasília é realmente um problema que nos impõe uma solução, e essa solução só pode ser vista do ponto de vista do interesse nacional, da conveniência administrativa. Vossa Excelência fere o problema muito bem, porque o prosseguimento da Capital Federal em Brasília trará, para a Nação brasileira, para o prestígio das instituições que nós representamos, um perigo muito mais grave do que a sustação da permanência da Capital em Brasília. Se não queremos que a Capital mude definitivamente para outro ponto do território nacional — pois não existe patriotismo nenhum em manter-se a Capital Federal em Brasília, ou em qualquer ponto do território nacional, pois qualquer um deles serve para ser capital, desde que tenha as condições de funcionar como capital da Nação — se permanecermos neste estado de espírito e prosseguirmos nele, estaremos cometendo um crime contra a economia nacional, contra as instituições democráticas e contra tudo aquilo que nós temos obrigação de defender nesta Casa.

O SR. HERBERT LEVY — Muito grato a V. Exa. Vou concluir, Senhor Presidente...

O Sr. Wagner Estelita — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. HERBERT LEVY — Ouço V. Exa. com muita satisfação.

O Sr. Wagner Estelita — Antes de mais nada, quero assinalar que não estou falando, nem vou falar, de qualquer forma, na qualidade de goiano; nem mesmo na qualidade de alguém que tenha o propósito de prosseguir na atividade política-partidária, da qual é minha intenção afastar-me. Mas, meu caro colega, estou de pleno acôrdo em que realmente se focalizem os problemas e as dificuldades de Brasília. Estou de pleno acôrdo também com grande parte do diagnóstico que se faz referentemente à fixação e ao equacionamento destes problemas. No que não estou de acôrdo é com a terapêutica do retorno da Capital ao antigo Distrito Federal. Antes de mais nada, o que me parece é que se realmente a consolidação de Brasília exige medidas de caráter financeiro, o retorno da Capital Federal para o Rio de Janeiro não seria, de qualquer forma, menos oneroso. Agora, o que eu quero fixar é que aqueles que realmente pleiteiam a consolidação de Brasília não devam pleitear, e não pleiteiam, que se desloque para aqui toda a máquina administrativa federal. Alguns anos atrás, tive ocasião de pronunciar uma conferência na Escola Superior de Guerra e chamar a atenção — quando ainda não se falava em Brasília — para o grande mal da concentração da máquina administrativa no Rio de Janeiro. E com algarismos e dados na mão, eu mostrava como, por exemplo, o Ministério de Agricultura que, por definição, inclusive vocabular, é cultura da terra e não do asfalto — tinha mais de setenta por cento do seu funcionalismo no Rio de Janeiro nós pleiteamos — isto sim, é possível; basta que haja intenção e desejo de fazê-lo é o deslocamento do comando da máquina administrativa para Brasília. Isto é possível, Sr. Deputado, porque, assim como não é dever do general percorrer as trincheiras e,

sim, permanecer no seu quartel-general, em linhas gerais também o papel do Ministro de Estado, o papel do dirigente é estar no seu Ministério, na sua repartição, cercado, é certo, daqueles elementos indispensáveis para o comando da máquina administrativa. Agora, paralelamente, devemos proceder também a uma ampla reforma administrativa; situar em Brasília o comando administrativo e tirar do Rio de Janeiro — ou de Brasília também, se for o caso — e levar para os Estados, a execução, fazendo a descentralização dessa execução, em obediência ao mais sábio de todos os princípios de administração que eu conheço, que é a centralização da orientação e a descentralização da execução.

O SR. HERBERT LEVY — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Adauto Cardoso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. HERBERT LEVY — Um minuto, nobre colega. Eu quero agradecer ao nobre Deputado Wagner Estelita a sua valiosa contribuição, tanto mais quanto todos reconhecemos em S. Exa. uma grande autoridade em todos os assuntos que dizem respeito à administração pública. É exatamente nesses termos que devemos tratar do problema, que precisa ser equacionado a sério. As cabeças do Executivo e do Legislativo precisam reunir-se. Estabeleça-se isso que se chama grupo de trabalho ou o que seja. Examine-se o que exatamente deve fazer-se para que se conserte a situação atual. Silenciar sobre o que está ocorrendo é irmos para um naufrágio — e isto não deve ser do desejo de ninguém. Portanto, vamos equacionar o problema em termos sérios, como o fizeram meus nobres aparteantes e eu estou tentando fazer desta tribuna.

O Sr. Adauto Cardoso — Nobre Deputado, sou representante do Estado da Guanabara, cujo território, já de si minúsculo, ainda so-

fre a enorme diminuição de terras — 56% de sua área ocupadas por estabelecimentos do Governo Federal, por interesse do Governo Federal — suscitando problemas de tanta gravidade que até mesmo intervenção do Governo Federal tem sido mencionada várias vezes. O nosso desejo na Guanabara — acredite V. Exa. — é vermo-nos livres do Governo Federal. É aspiração de todos os cariocas que o Governo Federal se mude e não nos dê mais as preocupações e os aborrecimentos que dá e, sobretudo nos restitua aquilo que todos os Estados têm; território. Falo, portanto, mais do que com isenção, falo com interesse a respeito. Fui dos que lutaram contra o embuste de Brasília, esse embuste publicitário e gigantesco que nos custou tanto dinheiro, tanto aborrecimento e tanta humilhação quando aqui chegamos e verificamos — e advertimos inutilmente a Presidência da Câmara dos Deputados — a total despreparação, a total inabilitação de Brasília para acolher o Governo Federal. Os problemas da Câmara dos Senhores Deputados, no que se referiam a moradia, a ensino para seus filhos, esses problemas eram de categoria subalterna e se resolveram com o tempo. Vamos ter agora mais cem ou cento e tantos Deputados novos que vão morar em hotéis, mas os nossos problemas, do ponto de vista pessoal — V. Exa. cozinhou como eu cozinhei, Vossa Excelência lavou louça como eu lavei — esses problemas não têm nenhuma importância. O que é grave é aquilo que o Deputado Edilson Távora clamou — é que não podemos cumprir nossos mandatos na sua inteireza porque os órgãos do Governo não estão aqui. Nós chegamos em Brasília e o Governo vai embora. Nossos políticos se transformaram num bando de ciganos, ora estão aqui, ora no Rio de Janeiro. Temos precedentes mais impressionantes, como o caso da África do Sul. V. Exa. homem viajado que é, conhece. A

163.^a SESSÃO, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1962

227

Africa do Sul tem duas Capitais: a Capital onde funciona o Poder Legislativo, temporariamente — e é preciso que consigamos que as instituições, neste País, cheguem a tal ponto de estruturação e de tranquilidade de seu funcionamento, que o Poder Legislativo possa funcionar temporariamente; pois bem na África do Sul, funciona, na cidade do Cabo, durante seis meses, o Poder Legislativo. A elaboração orçamentária, o debate político, tudo isso ocorre em período certo. Então, nesses seis meses, desce de Pretória, a Capital do Governo, desce de Petrória, da montanha, do recanto mais aprazível, o chamado trem da administração que, pitorescamente, se chama na África do Sul "o trem do Zôo". É o circo, como se diz na crítica dos periodistas sul-africanos. Então o Poder Executivo entra em contato com o Legislativo e se procede à atividade legislativa, à elaboração orçamentária. No fundo dos nossos problemas, portanto, o que existe é a debilidade estrutural das instituições. Como é possível funcionar durante uma parte do tempo apenas um Poder Legislativo, que tem que ser como os gansos do Capitólio, clamando todo dia e toda hora contra os golpes, contra a pressão dos militares, contra a mobilização dos sindicatos, contra as crises preparadas pelo Sr. Presidente da República? É um país mergulhado nas piores aflições, aflições oriundas da incapacidade de governar, do despreparo dos homens públicos. Acima de tudo, Sr. Deputado, aquilo que temos que clamar, aquilo que temos que providenciar, que urgir, é que o Governo comece a governar, porque soluções existem em toda parte; precedentes os mais ilustres, os mais notórios, existentes em toda parte. O que não existe é vontade de governar, é a capacidade de governar. É o propósito aventureiro e caudilhesco de lançar o País numa crise, a fim de fruir o poder subalternamente, como se tem visto.

O SR. HERBERT LEVY — Agradeço a V. Exa., Deputado Adauto Lúcio Cardoso. Vou encerrar, Senhor Presidente. Aliás, quando V. Exa. me adverte que o meu tempo se esgotou, chego mesmo ao término das minhas considerações para, em consonância com os sentimentos de toda a Casa, posto em evidência através dos apartes com que me honraram vários eminentes colegas; penso que é do consenso unânime desta Casa e o é de toda a opinião consciente do País, que não é possível ignorar por mais tempo esse problema básico, que é o funcionamento da administração, as condições da capital. É preciso equacioná-lo. É preciso dar-lhe solução realística o quanto antes, com urgência, com prioridade, porque como vamos, vamos mal e pretender, repito, ignorar e fazer o papel do avestruz que cobre a cabeça diante do perigo. Somos por demais responsáveis e por demais conscientes para pretender imitar o avestruz. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. CASTRO COSTA (*Para explicação pessoal*) * — Sr. Presidente, ouvi com muito interesse a oração do ilustre Deputado Herbert Levy. Suas considerações em torno de Brasília são, sem dúvida, indesmentíveis. É que, na verdade, a operação Brasília não está concluída, e nem o será tão cedo, se medidas enérgicas não forem tomadas, não somente pelo Poder Executivo, senão também pelo Poder Legislativo.

Se concordo com essas premissas, devo dizer, no entanto, que não fora a alusão do ilustre parlamentar à ação do Senador Pedro Ludovico, em Goiás, dizendo-o, inclusive, detentor da chibata para ganhar eleições, não estaria aqui neste momento, para refutar suas palavras quanto a este tópico.

É verdade que Brasília é problema. É verdade que, de quando em

* Não foi revisto pelo orador.